



CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS
2ª CÂMARA DE JULGAMENTO

ATA DA 2ª (SEGUNDA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL, REALIZADA POR VIDEOCONFERÊNCIA, DA 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS DO ESTADO DO CEARÁ DO ANO 2020.

Aos 14 (*catorze*) dias do mês de julho do ano 2020 (*dois mil e vinte*), às 8h 30min. (*oito horas e trinta minutos*), após verificado o quorum regimental estabelecido no art. 52 do RICRT/CE, e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 2ª (*segunda*) Sessão Ordinária Virtual da 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará, sob a Presidência do Dr. Francisco José de Oliveira Silva. Presentes à Sessão os Conselheiros Leilson Oliveira Cunha, Maria Elineide Silva e Souza, Henrique José Leal Jereissati, José Alexandre Goiana de Andrade, Wander Araújo de Magalhães Uchôa e Marcus Mota de Paula Cavalcante. Também presente, o Procurador do Estado, Dr. Ubiratan Ferreira de Andrade. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Silvana Rodrigues Moreira de Souza. Iniciada a sessão, o Sr. Presidente passou à **ORDEM DIA**, anunciando os seguintes processos: **Processo de Recurso nº 1/2219/2018 – Auto de Infração: 1/201803755. Recorrente: NTB NORDESTE TORRES DO BRASIL LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: CONSELHEIRO WANDER ARAÚJO DE MAGALHÃES UCHOA. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário para decidir sobre as seguintes questões apresentadas pela parte: **1. Com relação a preliminar de nulidade por cerceamento do direito de defesa, sob a alegação de que não houve indicação dos dispositivos legais infringidos** – Afastado, por unanimidade de votos, tendo em vista que o autuado se defende dos fatos imputados e não da capitulação legal efetuada pelo autuante. Ademais, o procedimento fiscal foi descrito no Auto de Infração e Informações Complementares, devidamente motivado e embasado em elemento de prova anexos, garantindo o exercício do contraditório e da ampla defesa. **2. Com relação a preliminar de nulidade suscitada sob a alegação de que o Auto de Infração não descreve a correção monetário nem os juros aplicados** – Afastada, por unanimidade de votos, considerando que a questão dos juros e correção monetária está disciplinada no Sistema CAF, nos termos dos artigos 76 e 77 do Decreto nº 24.569/97. **2. No mérito**, resolvem os membros da 2ª Câmara de Julgamento do CRT, por maioria de votos, dar provimento em parte ao Recurso interposto, para modificar a decisão condenatória exarada em 1ª Instância, e julgar **parcialmente procedente** o feito fiscal, pela aplicação da sanção prevista no art. 123, VIII, “L”, da Lei nº 12.670/96, com nova redação dada pela Lei nº 16.258/2015, respeitando o limite de 1.000 (mil) Ufirces por período de apuração. Decisão nos termos do voto do Conselheiro Relator e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, referendado, em sessão, pelo representante da PGE. Foi voto vencido o do Conselheiro Henrique José Leal Jereissati, que também se pronunciou pela parcial procedência, mas com aplicação da penalidade prevista no art. 123, III, “g” da Lei nº 12.670/96, limitada ao valor lançado no Auto de Infração. **Processo de Recurso nº 1/2220/2018 – Auto de Infração: 1/201803760. Recorrente: NTB**

NORDESTE TORRES DO BRASIL LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: CONSELHEIRO HENRIQUE JOSÉ LEAL JEREISSATI. Decisão: A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário para decidir sobre as seguintes questões apresentadas pela parte: **1. Com relação a preliminar de nulidade por cerceamento do direito de defesa, sob a alegação de que não houve indicação dos dispositivos legais infringidos** – Afastado, por unanimidade de votos, tendo em vista que o autuado se defende dos fatos imputados e não da capitulação legal efetuada pelo autuante. Ademais, o procedimento fiscal foi descrito no Auto de Infração e Informações Complementares, devidamente motivado e embasado em elemento de prova anexos, garantindo o exercício do contraditório e da ampla defesa. **2. Com relação a preliminar de nulidade suscitada sob a alegação de que o Auto de Infração não descreve a correção monetário nem os juros aplicados** – Afastada, por unanimidade de votos, considerando que a questão dos juros e correção monetária está disciplinada no Sistema CAF, nos termos dos artigos 76 e 77 do Decreto nº 24.569/97. **2. No mérito,** resolvem os membros da 2ª Câmara de Julgamento do CRT, por unanimidade de votos, dar provimento em parte ao Recurso interposto, para modificar a decisão condenatória exarada em 1ª Instância, e julgar **parcialmente procedente** o feito fiscal, pela aplicação da sanção prevista no art. 123, VIII, “L”, da Lei nº 12.670/96, com nova redação dada pela Lei nº 16.258/2015, respeitando o limite de 1.000 (mil) Ufirces por período de apuração. Decisão nos termos do voto do Conselheiro Relator e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, referendado, em sessão, pelo representante da PGE. **Processo de Recurso nº 1/2555/2018 – Auto de Infração: 1/201804958. Recorrente: ICT MELO ME. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: CONSELHEIRO LEILSON OLIVEIRA CUNHA. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário para decidir nos seguintes termos: **1. Quanto a preliminar de nulidade do Auto de Infração sob a alegação de violação ao princípio da proporcionalidade, da boa-fé objetiva e da preservação da empresa** – Afastada, por unanimidade de votos, considerando que a responsabilidade tributária é objetiva e, na esfera administrativa não se pode desrespeitar as normas cuja validade estão sendo questionadas, em observância ao art. 142, § único, do CTN. **2. No mérito,** também por unanimidade de votos, resolvem negar provimento ao Recurso Ordinário, para confirmar a decisão **condenatória** exarada em 1ª Instância, nos termos do voto do Conselheiro Relator e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, adotado, em sessão, pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. **Processo de Recurso nº 1/3030/2017 – Auto de Infração: 1/2018706579. Recorrente: SUPERMERCADO WANDERBOX LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: CONSELHEIRO JOSÉ ALEXANDRE GOIANA DE ANDRADE. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, e deliberar nos seguintes termos: **1. Quanto ao pedido de exclusão dos sócios do polo passivo da autuação** – Afastada, por unanimidade de votos, uma vez que os sócios não compõem o polo passivo do Auto de Infração e que o pedido de exclusão deverá ser pleiteado junto a Procuradoria Geral do Estado, quando da inscrição em dívida ativa, se for o caso. **2. Com relação a preliminar de nulidade sob a alegação de cerceamento do direito de defesa, em razão da falta de clareza e precisão do Auto de Infração** – Afastada, por unanimidade de votos, considerando que o Auto de Infração e Informações Complementares, estão claros e precisos sobre os fatos que motivaram a autuação, possibilitando o plenamente a defesa do contribuinte. **3. Quanto a alegação de caráter confiscatório da multa aplicada** – Afastado, nos termos do art. 48 da Lei nº 15.614/2014. **4. Quanto ao pedido de perícia formulado pela parte** – Afastado por unanimidade de votos, por não cumprir as exigências do art. 84 da Lei nº 15.614/2014. **No mérito,** por unanimidade de votos, a 2ª Câmara de Julgamento resolve negar provimento ao Recurso interposto, para confirmar a decisão **condenatória** exarada em 1ª Instância, nos termos do voto do Conselheiro Relator e de acordo com o Parecer da Assessoria

Processual Tributária, adotado, em sessão, pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. **Assuntos Gerais:** Compareceu a esta sessão, na condição de ouvinte, a Conselheira Suplente, Dra. Lúcia de Fátima Dantas Muniz. **Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, tendo antes convocado os membros da Câmara a participarem da próxima sessão ordinária virtual, a realizar-se no dia 15 de julho do corrente ano, às 8h30min. *(oito horas e trinta minutos)*. E para constar, eu, Silvana Rodrigues Moreira de Souza, Secretária da 2ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pela Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

Francisco José de Oliveira Silva
PRESIDENTE DA 2ª CÂMARA

Silvana Rodrigues Moreira de Souza
SECRETÁRIA DA 2ª CÂMARA